

# Rua da Carioca: preservação urbana e participação popular (Rio de Janeiro, 1960-1980)

Bianca Tavares Martins

**Orientação:** Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento (FAU-USP).

**Pesquisa:** Iniciação Científica, bolsa Fapesp, FAU-USP, 2019-20.

O artigo analisa a patrimonialização da Rua da Carioca entre os anos 1960 e 1980 no contexto de preservação da área central do Rio de Janeiro, considerando-se a atuação do Projeto Corredor Cultural, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural e da sociedade civil. As diversas reformas urbanas da região levaram a demolições constantes ao longo de todo o século XX, como o arrasamento dos morros do Castelo e Santo Antônio e a abertura das Avenidas Central e Presidente Vargas. O projeto da Avenida Norte-Sul (1949), que previa a destruição de imóveis da Rua da Carioca,

resultou na mobilização da população e dos comerciantes para sua preservação, com a formação da Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca e Adjacências em 1978. Neste período, os movimentos sociais assumem papel importante na pressão do poder público pela preservação da identidade urbana e da qualidade de vida de porções da cidade. O tombamento da Rua da Carioca, em 1983, se insere nesse contexto, um marco das lutas urbanas. Busca-se compreender a história das políticas de preservação da rua desde as lutas pela preservação legal até as estratégias de restauro dos imóveis após o tombamento.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; Rua da Carioca; patrimônio histórico.

## Rua da Carioca: urban preservation and social participation (Rio de Janeiro, 1960-1980)

This paper aims to analyze the preservation of the Carioca Street from the 1960s to the 1980s in the context of the preservation of downtown Rio de Janeiro, considering the role of Corredor Cultural Project, State Institute of Cultural Heritage, and the efforts from the society in the attempt to protect the street's buildings. The wave of urban renewal in the area led to constant demolitions over the 20th century, such as the devastations of the hills of Castelo and Santo Antônio and the opening of Central and Presidente Vargas avenues. The project of the North-South Avenue (1949), which would require the demolition of several buildings from Carioca Street, led to social mobilization towards the street's preservation and the organization of Society of Friends of Rua da Carioca and Adjacencies in 1978 by the street's businessmen. In this period, the social movements had an important role in pressuring the public power into the preservation of urban identity and quality of life of portions of the city. The Carioca Street was legally protected in 1983 and it has become an important landmark of urban struggles. This project seeks to understand the history of preservation policies on Carioca Street, from social mobilization to strategies

**Keywords:** Rio de Janeiro; Rua da Carioca; cultural heritage.

## Rua da Carioca: preservación urbana y participación social (Rio de Janeiro, 1960-1980)

El artículo analiza la patrimonialización de la Rua da Carioca entre los años 1960 y 1980 en el contexto de preservación del área central de Río de Janeiro, considerando la actuación del Proyecto Corredor Cultural, el Instituto Estatal de Patrimonio Cultural y de la sociedad civil. Las reformas urbanas de Río de Janeiro llevaron a constantes demoliciones a lo largo de todo el siglo XX, como la destrucción de Morros do Castelo, Santo Antonio y la apertura de las Avenidas Central y Presidente Vargas. El proyecto Avenida Norte-Sul (1949), que preveía la destrucción del conjunto arquitectónico de la Rua da Carioca, resultó en la movilización de la población y comerciantes para su preservación, con la formación de la Sociedad de los Amigos de la Rua da Carioca y Adyacencias en 1978. En este período, los movimientos sociales asumieron un papel importante en la presión contra el poder público por la preservación de la identidad urbana y la calidad de vida de porciones de la ciudad. La patrimonialización de la Rua da Carioca en 1983 es parte de este contexto, un marco de las luchas urbanas. Se busca comprender la historia de las políticas de preservación de las calles, desde las luchas por la preservación legal hasta las estrategias de restauración de las propiedades después de su demolición.

**Palabras clave:** Río de Janeiro; Rua da Carioca; patrimonio histórico.

## 1. INTRODUÇÃO

A Rua da Carioca é uma rua que corta a área central da cidade do Rio de Janeiro e cuja origem se deu por volta do século XVII, quando era uma simples estrada que atravessava o "areal" (FAZENDA, 1923), denominada Rua do Egito. Foi chamada de Rua do Piolho até 1852 e, posteriormente, Rua da Carioca, como era popularmente conhecida pelos que iam buscar água do rio no chafariz instalado no Largo da Carioca em 1723, na gestão do então governador Aires de Saldanha (GERSON, 1965). Também foi chamada de Rua de São Francisco da Penitência em 1879; Rua de São Francisco de Assis em 1882 pela Venerável Ordem Terceira de São Francisco, proprietária, até a década de 2010, de grande parte dos edifícios do lado ímpar da rua; e entre 1918 e 1919, de Rua Presidente Wilson quando passa a ser novamente, e desta vez de forma definitiva, a Rua da Carioca.

A rua abriga, principalmente, sobrados de dois pavimentos da época do Segundo Reinado do lado ímpar e casas ecléticas de dois a três andares do lado par, com comércio nos andares térreos e, originalmente, moradia nos andares superiores. Era composta principalmente por restaurantes e bares durante o século XIX — sendo que alguns destes perduraram até a década de 2010, como o Bar Luiz —, porém constituiu-se no século posterior como local de comércio, integrando hoje a área de comércio varejista do Rio de Janeiro conhecida como Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (Saara) (MAGALHÃES, 2008).

## 2. O CENTRO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XX: RENOVAÇÕES URBANAS

O início do século XX é um período importante na história da Rua da Carioca, pois é neste momento que ela se configura formalmente da maneira que se encontra até os dias de hoje. Em 1903, na gestão do prefeito Pereira Passos, a rua sofre um alargamento (FIG. 1), e assim, são demolidos os edifícios do lado par. Esta medida foi parte de um conjunto de reformas urbanísticas que visavam "adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital"

(ABREU, 1987, p.54). No caso do Rio de Janeiro, ambicionou-se criar uma capital que simbolizasse tais preceitos.

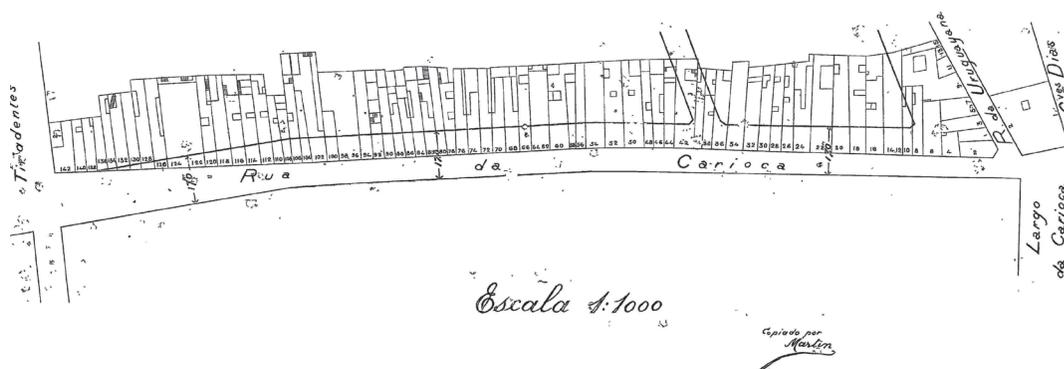
Para empreender seu programa de reformas, Passos determinou, logo após ser nomeado, a reorganização da antiga Comissão da Carta Cadastral, que deveria fornecer o apoio logístico necessário às obras que pretendia realizar, as quais foram discriminadas na mensagem encaminhada à Câmara em 1/9/1903 sob o título "Embelezamento e Saneamento da Cidade". (ABREU, 1987, p.55).

Foram realizadas abertura de vias, visando principalmente melhorar a acessibilidade da zona sul ao centro; alargamento das principais artérias do centro e imediações; obras de saneamento e higiene (canalização de rios e demolição de cortiços); e obras de embelezamento (implantação de estátuas, melhoramentos nos jardins e praças e construção de pavilhões). É também neste período que é instituído o recuo progressivo dos edifícios e a uniformização dos Planos de Alinhamento (PA) das ruas da cidade, levando a diversas desapropriações e demolições.

Segundo Abreu (1987), é importante ressaltar que na maioria dos casos a Prefeitura desapropriava mais prédios do que aqueles necessários para o alargamento das ruas. Isso permitia a venda dos terrenos remanescentes (e agora valorizados) após o término das obras, ressarcindo-se assim de grande parte dos custos. Desta forma, com o aumento do preço dos aluguéis, e o arrasamento de quarteirões de cortiços e trapiches dos bairros marítimos, grande parte da população originária destes bairros foi obrigada a mudar-se para outras regiões, já que pouquíssimas foram as habitações populares construídas pelo Estado em substituição às que foram destruídas.

Tais transformações buscavam imbuir o centro do Rio de Janeiro com feições modernas que condissessem com sua crescente importância no contexto capitalista internacional — graças à intensificação das atividades exportadoras —, com o aparecimento do automóvel e com a sofisticação tecnológica do bonde elétrico. Opostas, portanto, à existência de uma área central com "características

*Projecto de alargament  
da  
Rua da Carioca  
(Aprovado pelo Decreto nº 459, de 19 de Dezembro 1903)*



**FIG. 1:**

Projeto Aprovado de Alinhamento nº 12.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – RJ. Disponível em: [www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/imagenspaa/1/0/12.JPG](http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/imagenspaa/1/0/12.JPG). Acesso em: ago. 2018. Editado pela autora.

coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços" (ABREU, 1987, p.55).

Segundo Abreu (1987), as reformas realizadas no governo Passos consistem no primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o espaço urbano no país. Estudos mais recentes, como o de Azevedo (2015), relembram que o uso da nomenclatura "Reforma Passos" para designar o conjunto de reformas urbanas no Rio de Janeiro entre 1902 e 1906 é insuficiente, visto que, além do poder municipal, parte importante da reforma foi conduzida pelo Governo Federal. Para este autor, as reformas federal e municipal foram regidas por lógicas distintas: a federal, concebida por uma lógica econômica, entendia a transformação do espaço urbano como a sua adaptação a uma nova função, mais do que qualquer possibilidade de adaptá-lo a novos usos de seus cidadãos; a municipal, conduzida por Pereira Passos, partia de um projeto civilizatório, porém, de matriz "eminentemente europeia, que não concebia em seu horizonte a possibilidade de o Brasil desenvolver uma civilização por uma

via própria, ou seja, de fazê-lo revolvendo elementos de sua própria historicidade" (AZEVEDO, 2015, p.161). A reforma Passos, ainda conforme aponta Azevedo, não buscou excluir a presença das camadas populares do centro, mas integrá-las de maneira conservadora, ou seja, estimulando a participação destas no centro urbano a partir de sua adesão a uma visão de mundo e a uma forma de conduta específicas, não derivadas da tradição de ocupação do espaço urbano da cidade, nomeadamente a uma cosmogonia e um comportamento europeu ocidental burguês.

Para a gestão Passos, o "aformosamento da cidade" estava diretamente relacionado ao saneamento e à abertura e alargamento das ruas e quadras (GUIMARAENS, 2002), e contava também com a modernização e adequação das casas da cidade. Diante disso, as obras de alargamento da Rua da Carioca levaram à construção de novos edifícios no lado par — regidos por tais princípios, com tipologia de sobrados de três andares com feições ecléticas —, enquanto o lado ímpar permaneceu inalterado — isto é, formado por edifícios em sua maioria de dois andares com estética colonial. O sobrado de três andares, de até vinte

metros de altura, foi incentivado pelos relatórios da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1875, período em que esta foi presidida por Pereira Passos (GUIMARAENS, 2002).

Segundo Cêça Guimaraens (2002), esta tipologia apresenta-se como um indício do início do processo de verticalização da cidade, que se intensificou durante a década de 1930, com o adensamento da porção central do Rio de Janeiro e a destruição constante de vastas áreas de tecido urbano para a abertura de novas vias. Um exemplo é a construção da Avenida Presidente Vargas, iniciada em 1938, que se constituiu numa gigantesca intervenção que demoliu cerca de 600 prédios no centro da cidade além de contribuir para expulsar da região as classes menos abastadas (MACEDO, 2004).

Durante as décadas posteriores, a ação do Estado foi preponderante no processo de alteração da área central carioca. Diversas intervenções resultaram em demolições de porções significativas do centro e provocaram grandes alterações em sua forma urbana, evidenciando a inexistência no período de políticas de preservação de conjuntos arquitetônicos (MAGALHÃES, 2008).

O período Passos também se constitui em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge. É a partir daí que os morros situados no centro da cidade (Providência São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século — a favela. (ABREU, 1987, p.62).

As obras de demolição e renovação continuaram avançando nas décadas seguintes. Nos anos 1930 e 1940, o Rio de Janeiro é instituído como sede do processo de centralização político-administrativa varguista, visando exaltar sua "capitalidade" — projeto materializado por meio de três empreendimentos: abertura da Avenida Presidente Vargas; construção dos prédios dos Ministérios da Educação e Saúde, do Trabalho e da Fazenda; e as comemorações

cívicas no estádio do Vasco da Gama. A gestão busca levar a cabo um projeto de urbanismo monumental, com abertura de largas avenidas, edificação de prédios públicos grandiosos e intensa verticalização. A renovação e consequente destruição de tecido urbano antigo foram acentuados na década de 1950 e 1960 com a onda de políticas rodoviaristas, visando desafogar a área central do tráfego crescente.

### 3. REAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Nos anos 1960, o início da construção do metrô levou à demolição de diversos edifícios, sendo o caso mais emblemático deste período o do Palácio Monroe, antigo Senado Federal, em 1976. Tal demolição gerou a insatisfação de diversas entidades, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), além dos órgãos de preservação e de grande parte da sociedade.

Assiste-se, assim, nas décadas de 1960 e 1970, o início de um processo de reação à demolição de edifícios do centro e a reivindicação por diferentes setores da sociedade civil, pela preservação de edifícios e conjuntos da área central cujo argumento, segundo Macedo (2004), não era o reconhecimento do valor arquitetônico, mas do valor histórico e identitário. Isso fica evidente pela fala de Augusto Ivan Freitas Pinheiro (apud MACEDO, 2004, p.126), coordenador do Projeto Corredor Cultural: "a bandeira levantada pelos locatários da Rua da Carioca não era 'não nos tirem daqui', e sim 'isso é histórico, é a rua mais carioca da cidade'; levantaram uma bandeira da preservação e não do protesto de não sair do lugar, de perder seu negócio".

[...] essa atitude pró-preservação, requisitada por "não-especialistas", deflagrou a procura por aquilo que se convencionou chamar de "circuito social da obra", ou seja, o entendimento da idealização, da produção, da construção, da circulação e da recepção dessas arquiteturas como deflagradores de mecanismos de memória, que repercutem no meio social para além do imaginado pelo projetista. (ATIQUÊ, 2016, p.153).

Como exemplo concreto do processo de reação da população pode-se citar a criação da Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (Saara) em 1962, por imigrantes de origem semita — árabe e judeu, libanês e sírio, sobretudo — que visavam garantir sua permanência diante da ameaça de demolição de 133 sobrados em função da abertura da Avenida Norte-Sul. Com esta motivação, e seguindo este exemplo, os comerciantes da Rua da Carioca formam a Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca e Adjacências (Sarca) em 1978, em oposição à construção da mesma avenida, que previa a derrubada de casas do lado ímpar da rua e a formação de um recuo de doze metros no lado par, pressionando o poder público em favor do tombamento do conjunto arquitetônico da rua.

A Rua da Carioca era vista pela sociedade como uma rua intrinsecamente carioca devido aos bares e restaurantes tradicionais, além do comércio fortemente especializado — a Guitarra de Prata, por exemplo, era uma loja frequentada por importantes músicos brasileiros como Noel Rosa e Ary Barroso; diversas lojas da rua, como a Casa Nunes (mobiliário) e a Mala Inglesa (malas) foram as primeiras de seus segmentos na cidade (GUIA DE..., 2016). O "percurso simbólico" (ATIQUE, 2016) da rua, isto é, sua repercussão para além de sua existência física, como lugar de memória e identidade, evidencia que a demolição de parte do conjunto arquitetônico da rua, visto pelos cariocas como patrimônio, provocaria "perda e desambientação social" (ATIQUE, 2016, p.155). Esse termo, cunhado por Argan (2005), significa a degradação voluntária de um ambiente, um fenômeno que, segundo o autor, reflete uma "rejeição da história pelo pragmatismo que caracteriza o mundo moderno" (ARGAN, 2005, p.86) e é um problema recorrente das grandes cidades no século XX.

#### 4. AVENIDA NORTE-SUL

A Avenida Norte-Sul foi projetada em 1949 por Affonso Eduardo Reidy e Hermínio de Andrade e Silva. O projeto, correspondente ao Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) 5029, foi modificado em 1950 e substituído pelo PAA 5407. Este foi parcialmente revogado em 1963, quando os comerciantes

organizados da Saara entraram em acordo com o governador Carlos Lacerda para executar apenas uma parte da Esplanada e do Santo Antônio, e revogar o restante do projeto (SAMPALHO, 2016), mas retomado na década de 1970, na administração de Chagas Freitas (MATTOS, 2016).

Os seis quilômetros do projeto original da Avenida Norte-Sul nunca chegaram a ser construídos, mas parte da avenida foi concretizada, resultando na Avenida República do Paraguai, cuja realização resultou na demolição dos imóveis correspondentes aos números 63 a 75 da Rua da Carioca. A avenida, de aproximadamente 600 metros, foi feita para desafogar o trânsito da Rua da Carioca, Avenida 13 de Maio, Rio Branco e Cinelândia.

A avenida teve duas inaugurações. A primeira, pelo governador Negrão de Lima em dezembro de 1970, sob responsabilidade da Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan), foi apresentada com apenas uma das vias, devido à impossibilidade de desapropriar os imóveis localizados nas extremidades — o governo teve diversos problemas jurídicos com os proprietários de tais imóveis, sendo o caso mais emblemático o da Casa Nunes (Rua da Carioca, nº 65 e 67). Até 1974, a avenida foi usada somente como estacionamento pago (arrecadado pela Fundação dos Terminais Rodoviários da Secretaria de Serviços Públicos), visto que, com apenas uma das vias construída, não havia muito fluxo. A partir do final de 1973, as pressões para as demolições e abertura da segunda via aumentam até sua concretização no ano seguinte, visto que o tráfego da Rua Uruguaiana seria desviado para a Avenida República do Paraguai devido às obras do metrô.

A Casa Nunes (FIG. 2) foi a primeira loja de móveis e decoração do Rio de Janeiro, fundada por Alfredo Ribeiro Nunes em 1912, na Rua da Carioca inicialmente no número 63, e transferida para os números 65 e 67 após 1913. Durante seus anos de existência, a loja manteve sua estrutura original — um enorme salão com uma pequena sobreloja e mais dois andares que servem de depósito —, não tendo sofrido grandes reformas (salvo por um incêndio ocorrido em 1938, motivo pelo qual a loja ficou fechada por três semanas para remodelação). A loja fabricava inicialmente "móveis ao estilo Rainha Ana



**FIG. 2:**

Casa Nunes, dias antes de sua demolição.

Fonte: Foto de André Decourt. Disponível em: [rioquepassou.com.br/2018/03/15/casa-nunes-ultimos-dias-1973/](http://rioquepassou.com.br/2018/03/15/casa-nunes-ultimos-dias-1973/). Acesso em: ago. 2018.

e Luis XV" (CASA NUNES..., 1973, p.5) e até a década de 1940 mobiliava os palácios e ministérios da República. Posteriormente, passaram a atualizar seus estilos de móveis. A loja tinha a dimensão de quase meia pista, das duas da Avenida República do Paraguai, e o dono resistiu por quatro anos aos esforços do governo de demolir o edifício.

É possível acompanhar os trâmites da tentativa de demolição do edifício nos jornais da época, apesar da existência de notícias contraditórias. Na notícia "Norte-Sul funciona dia 15", no Correio da Manhã de 26 de março de 1970, afirma-se que a Casa Nunes já tinha sido desapropriada e seria demolida nas semanas seguintes. Na manchete de 12 de maio de 1970 do mesmo jornal, divulga que o governo deveria pagar a indenização de um milhão e cem mil cruzeiros novos aos proprietários pela demolição, dos quais 400 mil cruzeiros novos tinham sido pagos (NADA AMEAÇA..., 1970). Já em notícia de 16 de maio de 1970, a Sursan afirma que pagará somente os cr\$ 400 mil pela demolição, mas que o dono só aceitaria cr\$ 950 mil. Conforme publicado no jornal, "A Justiça lhe deu ganho de causa e ele está disposto a brigar até o fim pelo edifício" (só NA...,1970, p.5).

Em julho de 1970, o governo decide inaugurar a Avenida República do Paraguai mesmo sem a demolição da Casa Nunes, liberando o tráfego somente em uma via, sem as demolições nas extremidades. Segundo notícia do Jornal do Brasil, afirma-se que os proprietários dos dois edifícios ainda não demolidos — ou seja, a Casa Nunes, na Rua da Carioca, e a Fundação Almeida Comércio e Indústria, esquina com a Rua dos Arcos, que também resistia à demolição — aceitaram o valor proposto pela Sursan, de cr\$ 2 milhões cada, porém o Estado ainda não tinha como pagar, e decidiu-se liberar a Avenida com mão-única (MEDIADORA, 1970). No entanto, pelas publicações de época, é possível perceber que até o dia da inauguração não se sabia qual seria o sentido do tráfego na via liberada e os jornais já supunham que esta seria usada como estacionamento. Somente durante a inauguração foi liberado ao público a informação do sentido da via, que seria em direção à Rua dos Arcos, recebendo o tráfego da Rua da Carioca.

Em notícia publicada no Jornal do Brasil em 18 de maio de 1973, dizia-se que

a Casa Nunes já estava desapropriada há mais de cinco anos, mas seria demolida dentro de um mês (CASA NUNES..., 1973). Em seguida, o dono pede mais dois meses até a demolição. O prédio da Casa Nunes foi finalmente demolido no final de julho de 1974, quando ocorre a segunda inauguração (abertura da segunda pista da avenida para o tráfego), sendo denominada então Avenida República do Paraguai.

O projeto da Avenida Norte-Sul ainda permaneceu em vigor até o início da década de 1980, e foi refreado, além dos esforços da Sarca, pelo tombamento de dois edifícios importantes: o Real Gabinete Português de Leitura (tombado pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) do Estado da Guanabara, futuro Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), em 1970, e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Escola de Engenharia, realizado provisoriamente em maio de 1983 (Processo de Tombamento Inepac nº E-03/011.357/83) adiante da ameaça de construção da Avenida Norte-Sul. Sobre este último, o parecer do Conselheiro Relator J. A. Fontes Ferreira, em 14 de maio de 1983, informa: "sou pelo tombamento de todo imóvel, desde que esteja realmente e definitivamente revogado o PA para construção da Avenida Norte-Sul" (RIO DE JANEIRO..., 1983, p.27). O edifício já havia sido, porém, parcialmente tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1962 (Processo Iphan 615-T, inscrição nº 342, Livro Histórico, folha 567), "protegendo a parte frontal do edifício, que seria arrasada para dar lugar à Quadra 1 do projeto da Norte-Sul" (MATTOS, 2016, p.212).

O Projeto do Corredor Cultural, concebido em 1979 e implantado em 1984 com a criação da Zona Especial do Corredor Cultural (Lei Municipal nº 506 de 1984), também foi um ponto importante para o refreamento da Avenida Norte-Sul.<sup>1</sup> Sua premissa era proteger um conjunto de imóveis que,

[...] embora não possuíssem valores individuais que garantissem seu tombamento, tinham um significado cultural expresso materialmente na ambiência que eles compunham na paisagem urbana, associado

às imaterialidades das atividades tradicionais da sua comunidade. A área da SAARA foi incorporada a esse projeto, juntamente com os vazios do lado ímpar da Avenida Presidente Vargas entre o Campo de Santana e a Rua Uruguaiana, que se perpetuavam ao longo da década com as escavações a céu aberto das obras da linha metroviária. (MATTOS, 2016, p.223).

## 5. TOMBAMENTO

Neste contexto inicial de intervenções do poder público no sentido de preservar o patrimônio histórico-cultural da cidade, a sociedade civil e em especial dos comerciantes locais, agora organizados em torno da Sarca, reivindicam aos vereadores da região a proteção dos edifícios da rua, que solicitam o tombamento ao órgão estadual de patrimônio do Rio de Janeiro, o Inepac.

Em visita técnica ao Rio de Janeiro, e através da consulta de atas de reuniões da Câmara dos Vereadores e dos Diários Oficiais do período, foi possível comprovar as tentativas realizadas pelos vereadores no sentido de reivindicar a preservação da rua. A primeira entrada relativa ao tombamento da rua encontrada é o Projeto de Lei 165/77, que "declara de interesse histórico, para efeito de tombamento, a Rua da Carioca e os prédios nela existentes", de autoria do vereador Moacyr Bastos. Tal projeto não é concretizado, porém, aliado às pressões da Sarca, é realizado o tombamento da rua pelo Inepac. Em um pronunciamento do vereador, encontrado no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 23 de agosto de 1978, é possível perceber o envolvimento dos vereadores na salvaguarda da Rua da Carioca:

Ontem, o Prefeito decretou uma medida estabelecendo o gabarito da Rua da Carioca, que não é uma medida de tombamento, mas que, no fundo, resultou como sendo. Estabeleceu que do lado esquerdo devem ficar com oito metros as construções e do lado direito com dez metros, ou seja, não alterou o gabarito do que está lá. E eu vejo, pelas notícias dadas, que, também, da mesma forma, se refere ao Prefeito como autor. Mas, no momento em que o Presidente

da SARCA e alguns dos diferentes elementos pertencentes àquela comunidade, que é a Rua da Carioca, não esqueceram de citar que foi um projeto nascido da iniciativa dos Vereadores cariocas, então essa preocupação nossa faz subsistir durante, creio toda essa legislatura. (RIO DE JANEIRO..., 1978, p.13).

O tombamento provisório da Rua da Carioca foi realizado no dia 4 de julho de 1983. Um mês depois, realizou-se uma grande festa na rua para comemorar o tombamento, com a presença do então governador Leonel Brizola e Darcy Ribeiro (secretário estadual de Ciência e Cultura no período). A festa contou com shows e desfiles e foi muito noticiada nas mídias da época. No mesmo ano foi realizado um grande inventário da rua, que se seguiu até 1986, pelo Inepac em parceria com a Sarca e a Fundação Roberto Marinho, o "Projeto de Restauro e Preservação Solidária da Rua da Carioca", sob a coordenação do professor Antônio Pedro de Alcântara, que não chegou a ser completado. A partir do início do inventário, seguiram-se diversas obras de restauração em imóveis da rua. O tombamento definitivo foi realizado em 26 de agosto de 1985.

O Decreto nº 6403 de 29 de dezembro de 1986 da prefeitura do Rio de Janeiro também foi um incentivo importante às obras de restauro, pois isentava os imóveis de interesse histórico, arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação paisagística e ambiental do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), no que se refere a obras ou serviços de reforma, restauração ou conservação de prédios, e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), desde que respeitadas as suas características originais e mantidos em bom estado de conservação — este, verificado através de vistorias realizadas pelo Inepac e pelo Corredor Cultural.

Desta forma, nas décadas de 1980 e 1990, vários edifícios da Rua da Carioca foram restaurados sob a orientação dos órgãos municipais e estaduais de preservação, comumente a partir da solicitação de isenção de impostos pelo proprietário. A partir das vistorias, o órgão inicialmente responsável estabelecia certas intervenções como pré-requisitos para a solicitação em questão e encaminhava o

processo ao órgão da outra instância, que verificava e aprovava as considerações, ou acrescentava novas, e devolvia ao interessado. Este, por sua vez, buscava um arquiteto ou engenheiro para realizar o projeto de restauro. Como foram realizadas diversas obras na rua em um curto período de tempo, é comum encontrar escritórios que realizaram projetos para vários dos edifícios da Rua da Carioca.

## 6. ESTUDOS DE CASO

Para compreensão das alterações sofridas pelos edifícios da Rua da Carioca ao longo do tempo, selecionou-se três edifícios para análise. Eles têm em comum o fato de terem sido alguns dos comércios mais tradicionais da rua e terem sofrido intervenções durante a década de 1980, após o tombamento da Rua da Carioca pelo Inepac. Com este estudo, buscou-se comparar tais comércios, seus contextos de fundação, e analisar as mudanças formais que apresentaram durante o período compreendido pela pesquisa, a partir de fontes primárias (documentos e fotografias do acervo do Inepac).

### 6.1. O PINCE-NEZ DE OURO

O primeiro caso é o imóvel número 28 da Rua da Carioca, edifício de três pavimentos que abrigou a ótica O Pince-Nez de Ouro no período compreendido pela pesquisa (FIG. 3). Segundo os jornais da época, a loja foi fundada em 1910, sendo um dos comércios mais tradicionais da rua e, até 1989 — data do periódico —, oferecia os mesmos serviços de ótica e joalheria do início do século (RODRIGUES, 1989).

A partir dos documentos referentes ao edifício que constam no Inepac, pode-se estabelecer uma cronologia dos processos e intervenções realizadas durante a década de 1980, após o tombamento da Rua da Carioca. Em 1985, o então proprietário, Waldir de Almeida Ricart, solicitou a isenção do IPTU (processo nº 04/306011/85 de 15/03/1985), benefício previsto pelo Decreto nº 6403 de 29 de dezembro de 1986, que isenta os imóveis de interesse histórico, arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação paisagística e ambiental do pagamento de tal imposto "desde que respeitadas as suas características



**FIG. 3:**

Fachada do edifício nº 28, 2008.

Fonte: Foto de Luiz Neves.

Disponível em: [luiznevesufrj.blogspot.com/2008/12/rua-da-carioca.html](http://luiznevesufrj.blogspot.com/2008/12/rua-da-carioca.html).

Acesso em: ago. 2018.

originais e mantidos em bom estado de conservação" (RIO DE JANEIRO..., 1986, p.1). Foi, então, encaminhada uma tabela de requisitos para que fosse obtida a isenção do IPTU pelo Grupo Executivo do Corredor Cultural. Pelos documentos, pode-se inferir que tais exigências não foram cumpridas até 1988, quando o proprietário apresentou um projeto de recuperação da fachada (processo nº 14/312288/88, de 17/03/1988), de autoria de Maria Helena Röhe Salomon que foi posteriormente aprovado pelo Inepac.

Uma particularidade do edifício, e de sua restauração, é que quando se iniciaram as obras do projeto, no momento da retirada do letreiro encontrou-se no pavimento térreo a presença de vestígios representativos de três épocas diferentes da arquitetura comercial do século XX, segundo carta de 31 de maio de 1988 redigida pelo então diretor do Inepac, Jorge Czajkowski. Ele informou que tais vestígios deveriam ser preservados, e que o projeto apresentado estava de acordo com as exigências do tombamento estadual, com exceção do pavimento térreo, para o qual deveria então ser proposto novo desenho compatível com as orientações do Inepac. Não há nenhuma informação sobre tais vestígios, porém, pelas fotografias

pode-se inferir que estes se referem ao gradil, ao letreiro original e os ornatos nas laterais. Pode-se observar o resultado da restauração do letreiro e da fachada do pavimento térreo na fig. 3.

## 6.2. A GUITARRA DE PRATA

O imóvel número 37 da Rua da Carioca (FIG. 4; FIG. 5), edifício de dois andares que abrigou a tradicional loja de instrumentos A Guitarra de Prata até 2014, foi considerado pelo Inepac um dos pioneiros da rua a realizar obras de restauração e um "modelo para as demais", como explicitado pelo então diretor do DPHA Marcos Bittencourt, em carta de 28 de agosto de 1987 ao diretor do Inepac.<sup>2</sup> A loja foi fundada em 1887 pela família Ventura e teve clientes importantes como Pixinguinha e Noel Rosa, segundo os relatos de comerciantes da rua e os jornais da época. Ela foi transferida no início do século XX (a data é imprecisa) para o edifício atual, na Rua da Carioca, e faz parte do grupo de imóveis do lado ímpar pertencentes à Venerável Ordem Terceira até 2012, ano em que foram vendidos para o Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário.

Uma particularidade interessante deste edifício é que, junto com outros oito imóveis da Rua da Carioca, ele foi



**FIG. 4:**

Interior do A Guitarra de Prata, 2014.

Fonte: PONTES, 2014, s.p.

tombado integralmente pelo município em 2013 pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), segundo o Decreto nº 37273 de 12 de junho de 2013, que cria o Sítio Cultural da Rua da Carioca. Tal notícia foi difundida na mídia no período como um "tombamento porta adentro", de forma a exprimir que elementos do interior do edifício, tais como os móveis ou o piso de azulejo hidráulico, não poderiam ser removidos ou modificados (A GUITARRA..., 2014, s.p.). Deve-se ressaltar, porém, que todos os imóveis da Rua da Carioca já eram tombados integralmente pelo Estado (Inepac) desde 1985. Destaca-se aqui o fato de o tombamento municipal deixar de abordar (nos casos citados, a partir de 2013) somente a fachada, volumetria e telhado, como habitualmente, mas sim a integralidade do conjunto.

O decreto criou também uma nova categoria de patrimônio imaterial na cidade: a de atividade econômica tradicional e notável. Segundo o então presidente do IRPH, Washington Fajardo, "essa proteção imaterial não garante uma proteção definitiva do negócio, mas ajuda no fortalecimento dessas importantes marcas se os empresários entenderem o

valor cultural dos negócios" (PREFEITURA DA CIDADE..., 2013, s.p.). Para Domingues, essa tentativa em relacionar patrimônio imaterial e atividades econômicas revela que as "ações de radicalização da mercantilização espacial do centro da cidade do Rio de Janeiro vêm incorporando interesses de atores públicos ligados à área do patrimônio cultural" (2017, p.5).

O processo do projeto de restauração do edifício (nº 06/000851/84), um dos primeiros da rua a ser realizado, foi aberto em 3 de abril de 1984 e foi aprovado do ponto de vista do tombamento estadual e acompanhado por técnicos do DPHA-Inepac por três anos. Anteriormente a este projeto aprovado, outros desenhos já haviam sido submetidos para análise do Inepac.

O locatário solicitou, em 1991, a isenção de IPTU, e foi contemplado com o benefício, segundo documento do Inepac de 1993 que afirma que as condições do edifício no momento atendiam às exigências do Decreto nº 6403/1986.

### 6.3. MALA INGLEZA

O comércio de malas é uma atividade tradicional da Rua da Carioca. O edifício da Mala Inglesa também foi analisado,



**FIG. 5:**

Fachada do A Guitarra de Prata, 2013.

Fonte: Google Street View.  
Editado pela autora.

pois seu processo de restauração, realizado na década de 1980, foi examinado e acompanhado pelo Conselho Estadual de Tombamento. Além disso, a partir de 1972, o proprietário da loja passou a ser Roberto Curi, presidente da Sarca e principal articulador dos comerciantes na busca pela permanência na rua.

A história da fundação da Mala Ingleza é incerta e tem relatos divergentes. Segundo publicação do *Jornal do Brasil*, desde que imigrantes espanhóis fundaram em 1900 uma fábrica de malas na Rua da Carioca, o local atraiu novos imigrantes e galvanizou outras lojas do ramo — uma delas seria então a Mala Ingleza (VENTURA, 1988). Outra fonte informa que o estabelecimento fundado em 1900 por uma família de espanhóis seria, ele mesmo, a loja em questão (GUIA DE..., 2016, p.8).

Outra particularidade é que a Mala Ingleza (hoje na Avenida Marechal Floriano, nº 81) foi selecionada pelo projeto Negócios de Valor — Grandes Histórias, Novas Ideias em um levantamento de imóveis que poderiam participar do programa de negócios tradicionais do Rio de Janeiro. Este projeto foi criado em 2015, sendo uma parceria entre o IRPH e o Sebrae/RJ, com o objetivo

de fortalecer os negócios classificados como atividades econômicas tradicionais e notáveis do Rio de Janeiro. O projeto busca contribuir para a divulgação e valorização destes por meio de ações de consultoria em gestão, marca e finanças, além de realizar o levantamento de outros comércios que podem ser registrados na categoria de atividade econômica tradicional da cidade.

Desta forma, a Mala Ingleza foi registrada como patrimônio imaterial na categoria de Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis, segundo o Decreto nº 43914 de 31 de outubro de 2017, e se encontra nos materiais de divulgação do projeto Negócios de Valor (GUIA DE..., 2016, p.8).

O imóvel nº 43 da Rua da Carioca (FIG. 6), edifício de três pavimentos que abrigou a Mala Ingleza de 1900 em meados da década de 2010, teve sua fachada recuperada em 1986 em processo (nº 14/332373/86) examinado pelo Conselho Estadual de Tombamento (202ª Sessão Plenária). A duração das obras é incerta. Os documentos informam que em agosto de 1988 estas já se encontravam concluídas, porém, a partir da observação dos desenhos, percebe-se que parte das intervenções propostas no projeto nunca foram realizadas.



**FIG. 6:**

Fachada do edifício nº 28, agosto de 2019.

Fonte: Arquivo da autora.

Outra questão relevante sobre o restauro deste edifício é que ele teve como premissa a reconstituição da fachada. Não há, porém, nenhuma informação sobre os elementos de qual período o projeto visava reconstituir — considerando que o edifício provavelmente sofrera várias alterações desde sua construção.

## 7. SITUAÇÃO ATUAL

Assiste-se a um processo de degradação progressivo da Rua da Carioca a partir do início da década de 2010, exacerbado no ano de 2012 com a compra de dezoito imóveis do lado ímpar da rua, anteriormente pertencentes à Venerável Ordem Terceira. Em meio à crise econômica e ao reajuste de aluguéis, muitos inquilinos da rua se viram obrigados a deixar seus imóveis. Hoje, a Rua da Carioca encontra-se com aproximadamente metade das suas lojas fechadas, a maioria delas com fachadas desgastadas, com pichações, vidros quebrados, entre outros. Com a diminuição no movimento de pedestres e ausência de iluminação pública adequada, a rua é vista por vezes como um ambiente perigoso.

A partir de 2013, o governo implantou programas que visavam amenizar a crise na rua. O Decreto nº 37273 (RIO DE JANEIRO..., 2013) cria o Sítio Cultural da Rua da Carioca e, a partir deste, uma nova categoria de patrimônio imaterial: as Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis. Alguns comércios da rua, como a loja Mala Inglesa, foram registrados nesta categoria, e passaram a receber auxílio do programa Negócios de Valor — Grandes Histórias, Novas Ideias a partir de 2015, fortalecendo tais negócios com divulgação e ações de consultoria em gestão, marca e finanças. Tais medidas foram uma tentativa de resposta a uma série de ações de publicização dos casos de despejo na rua promovidas pela Sarca em 2013 (DOMINGUES, 2017).

É possível encontrar na internet diversos blogs e páginas preservacionistas sobre o Rio antigo que discutem a Rua da Carioca. O assunto principal é a diferença da rua no período de sua patrimonialização e no momento atual, em que se encontra degradada e, frequentemente, deserta; muitos destes, em tom nostálgico, evocam a idealização do passado da rua, com fotos de suas lojas especializadas, bares e restaurantes tradicionais.

---

## NOTAS

1. Ainda que, até hoje, no acervo de Projeto de Alinhamento Aprovado (PAA) e Projeto Aprovado de Loteamento (PAL) da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro não conste a revogação total do PA 54.07. Este também não está na lista dos PAA modificados ou revogados pelo Corredor Cultural.
2. Material levantado pela autora em visita técnica nos dossiês do Inepac, no Rio de Janeiro, realizada no dia 02/08/2019.

---

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Municipal, 1987.
- A GUITARRA de Prata: o charme tem que continuar. *O Globo*, Blog Gente Boa, 20 mar. 2014. Disponível em: [blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/a-guitarra-de-prata-charme-tem-que-continuar-528179.html](https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/a-guitarra-de-prata-charme-tem-que-continuar-528179.html). Acesso em: fev. 2022.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Trad. Pier Luigi Cabra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ATIQUÊ, Fernando. A midiáticação da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v.24, n.3, p.149-175, 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0306>. Acesso em: ago. 2018.
- AZEVEDO, André N. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. *Tempos Históricos*, v.19, n.2, p.151-183, 2015.
- CASA NUNES cairá para dar lugar à Avenida Norte-Sul. *Jornal do Brasil*, seção Cidade, 1º caderno, edição 40, Rio de Janeiro, 18 maio 1973, p.5.
- DOMINGUES, João L. P. Contratempos do espaço: patrimônio cultural imaterial e o livro de registro Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis. *Anais do XVII Enanpur*, São Paulo, v.17, n.1, p.1-16, 2017.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 86, v.140, 1919.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 88, v.142, 1920.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 89, v.143, 1921.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 93, v.147, 1923.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 95, v.149, 1924.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Brasileira, 1965.
- GUIA DE compras. *Negócios de Valor*: Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IRPH/ Sebrae/RJ, 2016. Disponível em: [www.portomaravilha.com.br/conteudo/outros/GUIADECOMPRAS\\_PORTUGUES.pdf](http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/outros/GUIADECOMPRAS_PORTUGUES.pdf). Acesso em: fev. 2022.
- GUIMARAENS, Cêça. *Paradoxos entrelaçados*: as torres para o futuro e a tradição nacional. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- MACEDO, Mirela. *Projeto Corredor Cultural*: um projeto para a área central do Rio de Janeiro, 1979-1993. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.
- MAGALHÃES, Roberto Anderson. *A requalificação do centro do Rio de Janeiro na década de 1990*: a

construção de um objetivo difuso. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 2008.

MATTOS, Guilherme M. M. À margem da preservação: o patrimônio edificado da Avenida Presidente Vargas. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.10, p.213-229, 2016.

MEDIADORA. *Jornal do Brasil*, 1º caderno, edição 188, Rio de Janeiro, 12 nov. 1970, p.7.

NADA AMEAÇA as obras. Elas seguem com menos de 11 bilhões. *Correio da Manhã*, 1º caderno, edição 23640, Rio de Janeiro, 12 maio 1970, p.3.

NORTE-SUL funciona no dia 15. *Correio da Manhã*, 1º caderno, seção Obras, edição 23601, Rio de Janeiro, 26 mar. 1970, p.4.

PINHEIRO, Augusto Ivan F. Corredor Cultural: um projeto de preservação para o centro do Rio de Janeiro. *Anais do II Seminário sobre Desenho Urbano*, Finep, Rio de Janeiro, p.187-201, 1986.

PONTES, Fernanda. Despejo: Guitarra de Prata terá que deixar casa que ocupa há 127 anos. *O Globo*, Blog Gente Boa, 13 out. 2014. Disponível em: [blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/despejo-guitarra-de-prata-tera-que-deixar-casa-que-ocupa-ha-127-anos-552069.html](https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/despejo-guitarra-de-prata-tera-que-deixar-casa-que-ocupa-ha-127-anos-552069.html). Acesso em: fev. 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura cria sítio cultural da Rua da Carioca: decreto garante preservação de casas como Bar Luiz e Guitarra de Prata. *Notícia*, 13 jun. 2013. Disponível em: [www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4150568](http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4150568). Acesso em: fev. 2022.

RIO DE JANEIRO (Município). Ata da sessão de 23 de agosto de 1978. *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1978.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 6403 de 29 de dezembro de 1986. Dispõe sobre as isenções dos imóveis de interesse histórico. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*. Parte IV. 31 de dezembro de 1986.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 37273 de 12 de junho de 2013. Cria o Sítio Cultural da Rua da Carioca, tomba os imóveis que menciona, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*. 13 de junho de 2013.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 43914 de 31 de outubro de 2017. Registra, como Patrimônio Cultural de natureza imaterial, os bens culturais que menciona, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*. 01 de novembro de 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Instituto Estadual de Patrimônio Cultural. *Processo de Tombamento INEPAC nº E-03/011.357/83*. Rio de Janeiro, 1983, 140p.

RODRIGUES, Carla. Comércio centenário do Rio mantém o encanto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 232, p.34, 26 nov. 1989.

SAMPAIO, Andréa da R. Um olhar sobre a história do urbanismo da Área Central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.10, p.193-212, 2016.

SÓ NA SURSAN tempo não é dinheiro. *Correio da Manhã*, 1º caderno, edição 23644, Rio de Janeiro, 16 maio 1970, p.5.

VENTURA, Mauro. As ruas especializadas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 336, p.29, 13 mar. 1988.

---

## SOBRE A AUTORA

Aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O artigo faz parte de pesquisa desenvolvida no Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural: História e Crítica (FAU-USP).  
[bianca.tavares.martins@usp.br](mailto:bianca.tavares.martins@usp.br)